

Fisco quer cobrar mais 360 milhões em IRC este ano

CORRECÇÕES À MATÉRIA COLECTÁVEL ultrapassaram objectivo anual de 1,23 mil milhões.

Lígia Simões
lsimoes@economicasgps.com

O Fisco espera recuperar este ano mais 360 milhões de euros em IRC do que o inicialmente previsto, graças a correcções à matéria colectável, essencialmente, de bancos, grandes empresas e seguradoras. Para 2008, a administração fiscal fixou um objectivo de cobrança de 1,23 mil milhões de euros em IRC, valor que a DGCI estima que se irá fixar, no final do ano, 29% acima, atingindo os 1,587 milhões de euros, revela um documento da Direcção de Serviços de Planeamento e Coordenação da Inspeção Tributária, a que o Diário Económico teve acesso.

O reforço da actividade inspectiva é apontado como a principal justificação destas estimativas de correcções à matéria colectável que poderão, em alguns casos, dar lugar a um aumento da receita fiscal. Globalmente, tendo em conta os restantes impostos, o Fisco conseguirá, este ano, um acréscimo de 10,1% de correcções à matéria colectável, atingindo os 3,852 milhões de euros, contra os 3,500 milhões previstos para 2008. Neste caso a fatia de leão vai para o IRC com 1,587 milhões, cerca de 41% do total. Em Setembro, as correcções ascendiam já a 2,889 milhões de euros.

"Esta performance revela um aumento da acção inspectiva em todos os sectores de actividade. E ainda o alargamento da base tributária, com um maior número de empresas que antes apresentavam prejuízos sistematicamente", afir-

Objectivos

■ Graças a correcções à matéria colectável de bancos, grandes empresas e seguradoras, a DGCI vai assegurar um montante superior face ao objectivo de recuperação de 1,23 mil milhões de euros em IRC.

■ O objectivo do Executivo para 2008 é tentar recuperar pelo menos 1,5 mil milhões de euros, depois de ter conseguido arrecadar em cobranças coercivas, incluindo penhoras, 1,633 mil milhões de euros em 2007.

mou Henrique Nunes, fiscalista da **Albuquerque & Associados**. Este responsável alerta para o aumento de litigância decorrente do acréscimo das correcções à matéria colectável: "Existem empresas que sofrem essas correcções, determinando um aumento do imposto final a pagar. Mas não se conformam com a situação e acabam por reclamar ou impugnar, prestado uma garantia, e não pagam".

As estimativas de realização revelam melhores resultados face aos objectivos fixados, mas o valor das correcções previsto para 2008 fixa-se abaixo dos montantes verificados em 2007. Ano em que as correcções à matéria colectável aumentaram 56%, com os contribuintes a apresentarem um total de 4.671 milhões de euros em despesas superiores àquelas que poderiam submeter, contra três mil milhões registados em 2006.

Para estes resultados contribuíram o aumento de inspecções em 39%, num total de 139.127 acções junto de contribuintes. Constituíram um sinal de que o Fisco pretende continuar a apertar a malha sobre os devedores e os vários sectores de risco. Também o programa de acompanhamento permanente de empresas foi reforçado, contando, este ano, com um universo total de 6.101 empresas.

As dívidas fiscais ultrapassam, actualmente, os 13,2 mil milhões de euros, 8% do PIB e o equivalente ao custo do novo aeroporto de Lisboa e um TGV juntos e respectivas derrapagens para este tipo de projectos. ■

CORRECÇÕES

Realizadas em Setembro

2889 M€

CORRECÇÕES

Estimativa de realização

3852 M€



Paulo Figueiredo

Bancos e seguradoras foram alvo das revisões à matéria colectável. As grandes empresas também.

DGCI falha meta de impostos em falta

■ A DGCI previa arrecadar 900 milhões de euros, em 2008, com impostos directamente encontrados em falta, mas vai garantir apenas 817 milhões de euros. Uma quebra de 9,2% face aos objectivos traçados inicialmente e que revela, segundo fonte da máquina fiscal, uma maior afectação de meios humanos para a cobrança executiva. Recorde-se que a meta fixada para este ano representava já uma quebra de 8% em relação aos resultados do ano passado.

Em 2007, o montante do imposto em falta - ou seja, retenções na fonte, IRC, IRS, IVA e Imposto de Selo não entregue ao Fisco -, ascendeu a 975 milhões de euros, mais 15,8% em relação ao ano anterior. O IVA tem assumido o maior peso nos impostos em falta (79%, em 2007), seguindo-se o IRC e IRS (19%) e os Impostos sobre o Património (2%). Até Setembro, a máquina fiscal tinha já detectado 613 milhões de euros de impostos em falta. L.S.

ESTIMATIVA

Impostos em falta em 2008

817 M€